WIKIPÉDIA
A enciclopédia livre

Luís de Meneses, 3.º Conde da Ericeira

Luís de Meneses, 3.° Conde da Ericeira (Lisboa, 22 de julho de 1632 — 26 de maio de 1690) foi um nobre, militar, político, vedor da Fazenda e historiador português do século XVII.

Luís de Meneses, 3.º Conde da Ericeira

Retrato de D. Luís de Meneses, 3.° Conde da Ericeira, 1673-5, por Feliciano de Almeida (Galleria degli Uffizi, Florença)

Nascimento	22 de julho de 1632 Lisboa
Morte	26 de maio de 1690 (57 anos) Lisboa
Cidadania	Reino de Portugal
Ocupação	político, historiador, escritor, militar
Distinções	Comendador da Ordem de Cristo
Título	Conde da Ericeira

[edite no Wikidata]

Biografia

Família

D. Luís de Meneses era segundo filho de D. Henrique de Meneses, 5.° senhor de Louriçal, e de D. Margarida de Lima, uma filha de João Gonçalves de Ataíde, 5.° Conde de Atouguia.

Com a morte de seu tio-avô D. Diogo de Meneses, 1.º Conde da Ericeira em 1625, o irmão mais velho de D. Luís, D. Fernando de Meneses, tornou-se o 2.° Conde da Ericeira. Em razão de D. Fernando ter tido apenas uma filha, a escritora D. Joana Josefa de Meneses, e portanto uma única herdeira, D. Luís de Meneses se casou com sua sobrinha no dia 1 de maio de 1666, no Convento de Santa Clara, a fim de preservar o título nobiliárquico na família. Eles tinham uma diferença de idade de dezanove anos. O casal teve dois filhos:

- D. Francisco Xavier de Meneses (1673-1743), mais tarde 4.° Conde da Ericeira;
- D. Maria Madalena de Meneses (1676-1735), que não se casou;

Ofícios

Comendador de São Cipriano de Angueira, de São Martinho de Frazão e de São Bartolomeu da Covilhã, todas da Ordem de Cristo, Meneses foi general de artilharia durante a Guerra da Restauração e, posteriormente, no Conselho de Estado, foi Vedor da Fazenda sob o reinado de D. Pedro II, cujo partido seguiu nas discórdias e nas intrigas palacianas que conduziram à deposição de D. Afonso VI. Distinguiu-se por diversas reformas úteis ao país, considerando-se que a ele se deve o impulso inicial das manufaturas portuguesas. Por essa razão, ele é considerado por alguns autores como o "Colbert" português.

Carreira militar

Com o advento da Restauração da Independência em 1640, D. Luís, então com oito anos de idade, entrou ao serviço do Príncipe D. Teodósio de Bragança, o filho mais velho de D. João IV de Portugal.

Em 1650, tendo decidido acompanhar o vice-rei do Estado Português da Índia, D. João da Silva Telo e Menezes, o Conde de Aveiras, que ia partir para o Oriente, foi persuadido a mudar de ideia por D. João da Costa, futuro Conde de Soure, nomeado naquele ano como Governador das Armas da Província do Alentejo, a quem acompanhou. Serviu naquela região até ao fim da guerra, tendo atingido o posto de general da artilharia. Combateu na batalha de São Miguel (1658), na batalha das Linhas de Elvas (1659), na batalha do Ameixial (1663) e na batalha de Montes Claros (1665), entre outras. Como recompensa por ter derrotado as tropas espanholas na passagem do rio Degebe, recebeu o senhorio da vila de Ansião. Com o advento da paz, foi nomeado Governador das Armas da Província de Trás-os-Montes (1673).

Carreira política

Apoiara claramente Pedro II de Portugal e a aristocracia na crise que culminou na abdicação de Afonso VI de Portugal (1667).

Em 1675 regressou a Lisboa, vindo a ser escolhido para deputado da Junta dos Três Estados, o Conselho Régio que administrava o Exército. Na mesma altura, foi também nomeado Vedor da Fazenda da repartição dos Armazéns e Armadas. Nesses postos, apoiou as ideias mercantilistas que Jean-Baptiste Colbert, ministro de Luís XIV de França, havia implementado em seu país, e introduzidas em Portugal por Duarte Ribeiro de Macedo, nas quais se inscrevem as medidas legislativas anti-sumptuárias e de obrigação de utilização de panos nacionais, como foi o caso da Pragmática de 1677, que proibiu o uso de panos, chapéus, cintos, boldriés e talins estrangeiros.

Após a Restauração, a balança comercial portuguesa a todos preocupava, e a agravá-la, estava a crise no preço do açúcar do Brasil, que após a expulsão dos neerlandeses (1654), passara a sofrer forte concorrência do de Barbados e do de outras colónias francesas e inglesas, oferecidos a preços mais em conta. Em 1668 a arroba valia, na praça de Lisboa, 2.400 réis, em 1675, na mesma praça, apenas 1.000 réis. O argumento principal dos críticos da política económica portuguesa era não tanto a falta de artigos nacionais para compensação interna de consumo, mas os compromissos assumidos pelos tratados então em vigor, e pela possibilidade da recusa que os países estrangeiros fariam aos produtos de exportação portugueses.

Neste contexto, o conde de Ericeira tomou medidas importantes desde 1680, correspondendo-se com Luís de Vasconcelos e Sousa, 2° conde de Castelo Melhor, na Inglaterra, para promover o estabelecimento de fábricas de panos no Reino de Portugal. Para este fim fez vir mestres e oficiais daquele país, a título de criados da Rainha da Grã-Bretanha, D. Catarina de Bragança, que então se recolhia ao Reino. Essas medidas visavam a tornar Portugal o mais que possível independente da produção estrangeira: à primitiva organização doméstica e artesanal opunha-se um sistema manufactureiro ainda que limitado, com legislação semi-proteccionista, reorganizando as indústrias existentes e implantando novas, de panos (sarjas, baetas e sedas), chapéus, cintos e vidros. Em 1686 renovou a proibição da importação de lanifícios e outros, dando um prazo de dois anos. Apesar disso, nunca os lanifícios ingleses deixaram de circular, mesmo ilegalmente. Mas foi avesso a proteccionismo absoluto e a excessos burocráticos. Na reforma da moeda, Meneses adoptou o processo de serrilha, para evitar o cerceio. Além dos

estabelecimentos fabris nacionais, tentou aperfeiçoar a navegação e comércio com os territórios ultramarinos para facilitar o afluxo de matérias-primas e a colocação dos produtos manufacturados; adopção de medidas proteccionistas, afastando a concorrência de outros países no mercado nacional.

Com os mestres e oficiais estrangeiros, estabeleceu teares de tecer panos nas vilas do Fundão, Covilhã, Redondo e Portalegre, que protegeu, resultando em que dez anos depois, estavam fabricando excelentes panos. Os ingleses faziam as diligências para arruinar as fábricas, mas Ericeira as amparava e defendia, conseguindo do soberano a Pragmática de 1687, que lhe ditou, em que proibiu expressamente panos estrangeiros, negando-lhes o despacho nas alfândegas. Nos quatro anos em que as favoreceu a Pragmática, já supriam tais fabricas os panos para o reino e as Conquistas, vestiam as tropas do Exército e da Marinha e iam alguns para fora do Reino, principalmente muitos cortes de vestidos.

Apoiou também a produção de seda, com a plantação de amoreiras e o incentivo à criação de bichos-da-seda em terrenos baldios e em hortas. Em 1678 fez vir, da Itália, numerosos artesãos de sedas. A indústria de curtumes interessava-o, pela abundância dessa matéria-prima no Brasil, e proibiu a importação dos couros ingleses.

Suicídio

Vítima de depressão, descrita à época como "ataques de melancolia", o Conde da Ericeira cometeu suicídio precipitando-se de uma janela do seu palácio em Lisboa, tendo morte quase que imediata. Os seus restos jazem na Capela-mor do Convento de Nossa Senhora da Graça, naquela cidade, no jazigo de seus ascendentes.

Obra

Considerado um dos homens mais cultos de sua época, o Conde da Ericeira dedicou-se principalmente à História, sendo autor da obra *História de Portugal Restaurado*. Assim como sua esposa, ele tinha perfeito conhecimento das línguas francesa, espanhola e italiana. Possuía uma magnífica biblioteca em seu palácio, decorado com pinturas de Charles Le Brun nas salas. Entre as suas obras, contam-se:

- "*Compendio panegyrico da vida e acções do Excellentissimo Senhor Luiz Alvares de Tavora, conde de S. João, marquez de Tavora*". Lisboa, 1674.
- "*Historia de Portugal Restaurado (Parte I)*". Lisboa, 1679
- "*Historia de Portugal Restaurado (Parte II)*". Lisboa, 1698 - Nesta última obra defendeu, na Introdução, a legitimidade da nova dinastia de Bragança, uma vez que a infanta D. Catarina, filha do infante D. Duarte e neta de D. Manuel I, duquesa de Bragança pelo casamento, havia sido ilegalmente afastada da sucessão por Filipe II de Espanha. Nela descreve o período de vinte e sete anos (1640 a 1668), após o qual se celebraram as pazes com Castela. A obra teve diversas impressões: a Parte I, dividida em tomos I e II, Lisboa, 1751; a Parte II, dividida em tomos III e IV, Lisboa, 1751; saiu pela terceira vez em Lisboa, em 1759.
- "*Exemplos de virtudes morales en la vida de Jorge Castrioto, llamado Scanderbeg, principe de los Epirotas y Albanezes, etc.,*". Lisboa, 1688;
- "*Relação do felice successo que conseguiram as armas do Serenissimo principe D. Pedro, nosso senhor, governadas por Francisco de Tavora, governador e capitão general do reino de Angola, contra a rebellião de D. João, rei das Pedras e Dongo, no mez de dezembro de 1671*"; saiu anónima e sem ano de impressão;

- "*Soneto em applauso do Panegyrico poetico que dedicou a el rei D. Pedro II o principe Seneschal de Ligne, Marquez de Arronches*". Lisboa, 1685.

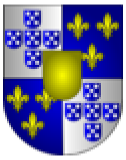
Deixou ainda alguns manuscritos, principalmente em língua castelhana, entre os quais se contavam duas comédias em verso.

Bibliografia

- SERRÃO, Joel (dir.). Dicionário de História de Portugal, vol. ..., págs. 26-28.
- TORRES, João Romano. *Portugal - Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico, Volume II.* p. 1262-1263.

Ligações externas

- Dom Luís de Meneses, 3.º conde da Ericeira, Portal da História, Manuel Amaral 2000-2010 (http://www.arqnet.pt/portal/biografias/ericeira3c.html)
- Ericeira (D. Luís de Menezes, 3.º conde da), Portugal - Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico, Volume III, pág. 162, Edição em papel, João Romano Torres - Editor, 1904-1915 Edição electrónica, Manuel Amaral, 2000-2002 (http://www.arqnet.pt/dicionario/ericeira3cd.html)

Precedido por **Fernando de Meneses, 2.º Conde da Ericeira**	 **Conde da Ericeira** 1632 - 1690	Sucedido por **Francisco Xavier de Menezes, 4.° Conde da Ericeira**

Obtida de "https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Luís_de_Meneses,_3.º_Conde_da_Ericeira&oldid=70455711"